

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**₃

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

N.º 10/2026

Unidade: Reitoria

Publicado em 28 de setembro de 2026



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação: Camilo Sobreira de Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Marcelo Bregagnoli

Reitora do IFRR: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Institucional: Giovani Calerri
dos Santos Pena Júnior

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Romildo Nicolau
Alves

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Luciana Leandro Silva

Diretora-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Diretora-Geral do *Campus* Amajari: Rodrigo Luiz Neves Barros

Diretor-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Isaac Sutil da Silva

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Maria Eliana Lima dos Santos

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria
Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- Decreto nº. 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- Resolução nº. 274, de 16 de setembro de 2016.

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ÍNDICE

ATOS DA REITORIA

Resolução CONSUP/IFRR N° 911, de 25 de setembro de 2026



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 ,
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 911, de 25 de setembro de 2026.

Dispõe sobre a proposta do Projeto Pedagógico Curso de Pós-Graduação lato sensu em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-Campus Bonfim.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, *Ad referendum* deste conselho, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Portaria do MEC nº 328, de 1º de fevereiro de 2005, a Resolução CNE/CES nº 1, de 06 de abril de 2018, a Resolução nº 716/CONSELHO SUPERIOR, de 4 de janeiro de 2023 (Aprova a reformulação da Organização Didática do IFRR), a Resolução 638/2021 - CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021 (Dispõe sobre as normas aplicáveis aos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Roraima), bem como o constante no processo nº 23231.000253.2026-11,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-Campus Bonfim, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 25 de setembro de 2026.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do CONSUP

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM LINGUÍSTICA APLICADA:
PRÁTICAS LINGUÍSTICAS, TECNOLÓGICAS E EDUCACIONAIS**

BONFIM - RR
2026

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Leonardo Osvaldo Barchini Rosa

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Marcelo Bregagnoli

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA
Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Romildo Nicolau Alves

DIRETORA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Solange Almeida Santos

DIRETOR DO CAMPUS BONFIM
Tomás Armando del Pozo Hernández

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DO CAMPUS BONFIM
André Ferreira Silva

COORDENADOR(A) DO CURSO DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM LINGUÍSTICA APLICADA:
PRÁTICAS LINGUÍSTICAS, TECNOLÓGICAS E EDUCACIONAIS
[Definido por processo seletivo]

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
Alan Ricardo Costa, Cora Elena Gonzalo Zambrano, Daniel Ferreira dos Santos, Pâmela Andrade Lima,
Pedro Henrique Santos de Menezes, Rogério da Silva Almeida, Sandra Milena Palomino Ortiz.

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	5
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
3. APRESENTAÇÃO	7
3.1. Perfil Institucional	7
3.2. Missão, visão de futuro e valores do IFRR	9
3.2.1 Missão	9
3.2.2 Visão	9
3.2.3 Valores	10
3.2.4 Propósito	11
3.3 Representação temporal das cinco etapas da história do IFRR	11
3.4 Histórico do Campus Bonfim	15
4. JUSTIFICATIVA	18
4.1 Potencialidades e perspectivas	18
4.2 Avaliação de demanda	19
5. OBJETIVOS	20
5.1 Objetivo Geral	20
5.2 Objetivos Específicos	20
6. INFORMAÇÕES DO CURSO	21
6.1. Concepção	21
6.2. Requisitos e formas de acesso	21
6.2.1. Requisitos	21
6.2.2. Formas de acesso	21
6.3. Matrícula	21
6.4. Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores	22
6.5. Sistema de Avaliação	23
6.5.1. Recuperação	24
6.5.2. Exame Final	24
6.5.3. Reoferta	24
6.6. Indicadores de avaliação do curso	25
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	27
7.1. Estrutura Curricular	27
7.1.1. Eixo	27
7.1.2. Componente Curricular	30
7.2. Representação Gráfica do Processo Formativo	35
7.3. Trabalho de Conclusão de Curso	35
8. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	38
8.1. Orientações práticas aos docentes	39
8.2. Atendimento aos estudantes e orientação	39
8.3. Acompanhamento dos(as) docentes	40
8.4. Materiais didáticos	40
8.5. Acompanhamento e avaliação da aprendizagem	40
9. LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA	42
10. EQUIPE RESPONSÁVEL	43
10.1. Coordenação	43
10.2. Secretaria	43
10.3. Corpo docente	43
10.4. Formação de formadores e equipes locais	44
11. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA	46
11.1. Infraestrutura digital	46
11.2. Infraestrutura física	47
12. CERTIFICAÇÃO	49
13. REFERÊNCIAS	50

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição/campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Bonfim (CAB)

CNPJ: não possui.

Eixos Tecnológicos de atuação do Campus: Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação e Recursos Naturais.

Esfera Administrativa: Federal

Endereço completo: Avenida Tuxaua Farias, Quadra G-01, Bairro 13 de Maio, Bonfim, Roraima. CEP: 69.380-000

Site do campus: <https://bonfim.ifrr.edu.br>

Código da IES no INEP: 14007827

E-mail do curso:

Reitora: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Institucional: Giovani Calerri dos Santos Pena Júnior

Diretora de Políticas de Educação a Distância: Solange Almeida Santos

Diretor do campus Bonfim: Tomás Armando del Pozo Hernández

Diretor do Departamento de Ensino do Campus Bonfim: André Ferreira Silva

Equipe de Elaboração do PPC: PORTARIA Nº 0555/GAB-CAB/IFRR, DE 30 DE JANEIRO DE 2025:

Alan Ricardo Costa, Cora Elena Gonzalo Zambrano, Daniel Ferreira dos Santos, Pâmela Andrade Lima,

Pedro Henrique Santos de Menezes, Rogério da Silva Almeida, Sandra Milena Palomino Ortiz.

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do curso: Curso de Pós-Graduação lato sensu em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais

Área de conhecimento (CAPES): 7.08.00.00-6 Educação; 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante

Modalidade Educação a Distância

Carga horária: 405 horas

Sistema de organização: Eixo temático

Funcionamento: Integral

Público-alvo: Profissionais graduados em cursos de Letras ou de Pedagogia, em Instituições reconhecidas pelo MEC.

Local do curso: O curso será ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Campus Bonfim, nos polos municipais de ensino EaD (Polos da UAB): Boa Vista, Iracema, Pacaraima, São João da Baliza e Rorainópolis.

Número de vagas: 175 vagas

Requisitos para a inscrição: Diploma reconhecido pelo MEC em cursos de Letras ou de Pedagogia.

Título a ser conferido: Especialista em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais

Coordenador (a): Mediante processo seletivo.

3. APRESENTAÇÃO

3.1 Perfil Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada em ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com a perspectiva de fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado de Roraima. Autarquia criada pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFRR é vinculado ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), e classificado na tipologia 1 (até nove campi). É composto por 1 unidade administrativa (Reitoria) e 5 campi, representados na Figura 1.

Figura 1: Representação dos cinco campi do IFRR e a Reitoria



Os campi são situados em regiões estratégicas para atender aos 15 municípios do Estado de Roraima, distinguindo-se pela capilaridade e interiorização. Dois campi estão localizados na capital, o Campus Boa Vista e o Campus Boa Vista Zona Oeste, sendo o primeiro o mais antigo, com 30 anos de atuação. Outros dois são agrícolas, o Campus Novo Paraíso e o Campus Amajari, e se encontram, respectivamente, no sul e no norte de Roraima. Há também uma unidade de ensino instalada na região de fronteira com a Guiana: o Campus Bonfim.

Essa localização estratégica do IFRR leva-o a atender a diferentes realidades produtivas, sociais e culturais locais, alcançando aqueles que jamais haviam tido acesso à educação profissional, pública e de qualidade. Dessa forma, a instituição tem estudantes de 8 etnias de Roraima, Ingarikó/Patamona, Macuxi, Taurepang, Wai-Wai, Ye'kuana/Maiongong, Sapará, Wapixana e Yanomami, e de 2 etnias do Amazonas: Baré e Tikuna. Contempla, além disso, ribeirinhos, trabalhadores camponeses da agricultura familiar, extrativistas com viés ecológico e demais populações amazônidas de pertencimento etnoterritorial sustentável.

Com o planejamento do desenvolvimento institucional e da oferta de cursos alicerçados na gestão democrática e participativa, com atuação privilegiada das comunidades, o IFRR alinha ensino, extensão, pesquisa e inovação a fim de atender às especificidades e demandas das comunidades, contribuindo com o desenvolvimento desses arranjos, principalmente, onde não estão consolidados. A gestão democrática, característica do IFRR, é praticada de forma paritária, considerando os três segmentos da comunidade acadêmica: estudantes, docentes e técnicos administrativos. Os estudantes estão no centro do processo educativo e compõem as principais instâncias colegiadas e os fóruns consultivos e deliberativos. Os planejamentos institucionais são construídos com a participação da comunidade acadêmica, e as decisões orçamentárias realizadas de forma colegiada pelo Comitê Orçamentário, respeitando-se rigorosamente os princípios da administração pública.

No IFRR, a dimensão ensino é orientada filosoficamente pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e operacionalizada por meio da Organização Didática (OD). Por concepção político-pedagógica, a excelência acadêmica é entrelaçada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas três dimensões devem promover transformação social, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos, socioeconômicos e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa engloba a inovação e busca a aplicação imediata do conhecimento produzido para a superação de problemas presentes

na sociedade, tendo o interesse público como seu orientador principal. Esse conhecimento, contudo, é produzido mediante a interação dialógica com as comunidades e, por isso, está indissociavelmente ligado às atividades de ensino e extensão.

A extensão se consolida mediante a articulação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, constituindo-se num processo educativo e investigativo que possibilita a inserção no território, a integração com o mundo do trabalho e com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, promovendo o desenvolvimento de tecnologias socialmente referenciadas e contribuindo com produção de conhecimento a partir do vínculo entre o saber acadêmico e o saber popular. A extensão também revela a prática social por meio de projetos e programas, com acesso mediante editais, publicados anualmente, beneficiando estudantes com bolsas custeadas com orçamento institucional, além de projetos de fluxos contínuos sem auxílio de bolsas.

A pesquisa e a extensão são potencializadas pela Agência de Inovação do IFRR, tendo em vista o desenvolvimento de conhecimentos e de tecnologias por intermédio da articulação entre a instituição e a sociedade, apresentando soluções inovadoras voltadas à economia popular e solidária, ao cooperativismo, ao empreendedorismo e à produção cultural, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento integrado e sustentável de Roraima.

3.2. Missão, visão de futuro e valores do IFRR

A missão, a visão e os valores do IFRR são os elementos que nortearão as ações da instituição por todo o quinquênio de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Por isso, ressalta-se a importância de sua inclusão no perfil institucional.

A missão define o motivo da existência da instituição; a visão, o que ela pretende ser; e os valores, os princípios que guiarão toda a sua atuação. Segue-se, então, a declaração do Instituto.

3.2.1. Missão

A missão é a declaração que expressa a razão de existir do IFRR. Mais que isso, ela deve estar traduzida nas pessoas, no trabalho que realizam na instituição e no porquê o fazem.

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Nessa linha de pensamento, a missão, acima descrita, busca fortalecer e orientar a ação dos principais atores institucionais.

3.2.2. Visão

A visão de futuro reflete a transformação que o IFRR deseja alcançar no cumprimento de sua missão. Assim, no fim do quinquênio 2024-2028, a instituição pretende:

Ser excelência na Região Amazônica, como agente de transformação social por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Nesse sentido, a visão de futuro, estabelecida acima, tem as seguintes características: transmitir uma noção de direção, apresentar uma noção de destino, ser positiva e inovadora; ser desafiadora, mas viável, e ser compartilhada e apoiada por todos.

3.2.3. Valores

Os valores são convicções e premissas dominantes da organização que formam o seu código de conduta. Portanto, devem inspirar o comportamento das pessoas e nortear a gestão estratégica. Assim, os valores que foram definidos para este quinquênio e que deverão ser compartilhados pela instituição são:

- Inclusão Social
- Ética e Transparência
- Responsabilidade Socioambiental
- Gestão Democrática
- Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana.

Seguem-se as interpretações gerais desses conceitos:

Inclusão Social:

Criar condições equitativas para que o público-alvo tenha acesso às oportunidades disponibilizadas pela instituição, independentemente de suas diferenças sociais, econômicas, culturais ou físicas, promovendo a diversidade e mitigando as barreiras que possam excluir determinados grupos.

Ética e Transparência:

Atuar com princípios morais e comportamentos corretos e justos, assim como prestar informações relevantes, de forma clara e acessível, garantindo que as ações e as decisões sejam compreendidas pelo público, construindo a confiança, promovendo a responsabilidade e mantendo padrões elevados de conduta.

Responsabilidade Socioambiental:

Incluir, nas vivências do instituto, práticas que promovam a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e o respeito às comunidades locais, buscando equilibrar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente, praticando a gestão responsável dos impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades da instituição.

Gestão Democrática:

Promover práticas administrativas e de tomadas de decisão que envolvam a participação ativa e representativa de diversos membros da comunidade acadêmica, incluindo seus diferentes atores, nos processos decisórios, garantindo que a gestão seja realizada de maneira colaborativa e justa.

Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana:

Comprometer-se com o respeito e a valorização da diversidade de identidades, culturas, opiniões e características individuais, preservando a dignidade humana, assegurando que todas as pessoas sejam tratadas com igualdade, justiça e respeito, independentemente de suas diferenças.

3.2.4 Propósito

Outro elemento norteador que fará parte das práticas de gestão do IFRR é o propósito institucional. A declaração do propósito, que vem a seguir, é a contribuição que a área ou a organização traz para a vida dos outros e o impacto dessa contribuição ao longo do tempo:

Formar pessoas e disseminar inovação e tecnologia para transformar a sociedade de forma inclusiva e sustentável.

3.3 Representação temporal das cinco etapas da história do IFRR

A educação profissional no Brasil teve início em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices.

Com o decorrer dos anos, várias foram as mudanças ocorridas, até que, em 2008, o Ministério da Educação instituiu, por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2018, a Rede Federal já era composta por 38 institutos federais, incluindo o IFRR, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 escolas técnicas vinculadas a universidades federais, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II.

Ao longo de 30 anos de existência, o IFRR tem sua trajetória marcada por várias mudanças, que agregaram aprendizagens importantes para o desenvolvimento institucional, tornando-o referência na oferta de educação pública gratuita de qualidade em todos os rincões do Estado de Roraima, promovendo a inclusão social de jovens e adultos por meio de ações de formação e qualificação profissional.

Figura 2: Mapa de Roraima Identificando os Cinco Campi do IFRR e os Polos de EaD



Fonte: Resolução CONSUP/IFRR N° 807, de 30 de outubro de 2024 (2024).

A figura 2 apresenta a localização estratégica das seis unidades do IFRR ao longo do território roraimense. O texto a seguir traz, de forma resumida, a história da instituição ao longo de 30 anos de contribuição. Ela se divide em cinco etapas:

Etapla 1: Escola Técnica de Roraima Integrante da Rede de Ensino do Território Federal de Roraima

Implantado como Escola Técnica em 1986, o IFRR começa suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, com 105 estudantes, e Edificações, com 70 estudantes. As instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

Etapla 2: Escola Técnica de Roraima Integrante do Sistema de Ensino do Estado de Roraima

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer 26/89, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima; aprova o Regimento Interno desta e as grades curriculares dos dois cursos técnicos ofertados por ela, validando todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até 1993, a instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima. O quadro funcional era composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

Etapla 3: Escola Técnica Federal de Roraima

Em 30 de junho de 1993, sob a Lei 8.670, publicada no Diário Oficial da União 23, de 1.º de julho de 1993, no governo do então presidente da República, Itamar Franco, é criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja implantação, na prática, se dá pela transformação da Escola Técnica do ex-Território Federal de Roraima.

O quadro funcional era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos. A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, por meio do Programa de Expansão de Cursos, implanta os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série –, atendendo 213 estudantes, distribuídos em seis turmas. Em 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

Etapla 4: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

Com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, à comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior.

O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta de implantação vinculada à de transformação da ETF-RR em Cefet-RR. Em 2005, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de unidades descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracará, sul do estado.

Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas da unidade com 210 estudantes matriculados no curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, incluindo uma turma do Proeja. Já na segunda fase do plano de expansão, o Cefet-RR foi contemplado com outra Uned, desta vez no Município do Amajari, no norte do estado.

Etapa 5: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sanciona a Lei nº 11.892, criando 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação.

A partir dessa data, o Cefet-RR é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), com três campi: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. Em 2011, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, a instituição foi contemplada com mais um campus: o Boa Vista Zona Oeste, com sede na capital. O último a ser implantado foi o Campus Avançado Bonfim, cuja autorização para funcionamento se deu em 2015. A partir de 17 de janeiro de 2025, conforme Portaria nº 34/2025 publicada no Diário Oficial da União, a tipologia do então Campus Avançado de Bonfim (20/13) foi alterada para Campus Bonfim (40/26). As cinco etapas descritas acima estão representadas na figura 3.

Figura 3: Linha de Representação Temporal das Cinco Etapas da História do IFRR



Fonte: IFRR

Fonte: Resolução CONSUP/IFRR N° 807, de 30 de outubro de 2024 (2024).

3.4 Histórico do Campus Bonfim

O processo de criação do, hoje denominado, Campus Bonfim (CAB), iniciou-se em outubro de 2012, quando o MEC solicitou à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a realização de um estudo detalhado acerca de critérios para a distribuição de 40 (quarenta) Unidades de Educação Profissional da Rede Federal. Após a realização deste estudo, o IFRR apresentou os municípios com potencialidades para receberem as Unidades de Educação Profissional, por ordem de prioridade: Bonfim, Rorainópolis, Mucajá, Cantá e Pacaraima.

Na noite do dia 25 de junho de 2013, o Reitor do IFRR, Prof. Ademar de Araújo Filho, participou de uma sessão plenária, na Câmara de Vereadores do Município de Bonfim, para apresentar o Projeto de Implantação do CAB, destacando que, de acordo com as características do município e de seu entorno, o campus seria projetado para desenvolver atividades e ações voltadas para a realidade dos arranjos produtivos locais, tendo em vista a melhoria qualitativa dos serviços. Após a explanação, foi aberta a votação para os vereadores, que decidiram, por unanimidade, pela doação de um terreno contendo uma estrutura mínima de edificação para o IFRR construir o CAB.

Em 23 de julho de 2013, para dar continuidade aos trâmites da doação, o reitor do IFRR recebeu no Gabinete da Reitoria, a prefeita do Município de Bonfim, Senhora Lizete Spies, para oficializar a assinatura do termo de cessão do terreno onde seria construído o prédio do Campus Avançado Bonfim. Após a assinatura do termo de cessão de doação de terreno entre a Prefeitura Municipal de Bonfim e o IFRR, foi apresentada à comunidade do Município, a previsão de início das atividades de oferta de cursos técnicos para o segundo semestre de 2014 e que o mesmo funcionaria provisoriamente na Escola Estadual Argentina Castelo Branco, cedida pelo Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria Estadual de Educação e Desporto.

Conforme havia sido previsto, no segundo semestre de 2014, tiveram início as atividades de oferta de cursos técnicos pelo CAB. Mais precisamente em agosto de 2014, foi publicado um edital ofertando vagas para o Curso Técnico em Comércio Exterior Subsequente, Eixo Tecnológico Gestão e Negócios. Importante destacar que o MEC publicou a autorização de funcionamento do CAB através da Portaria nº. 27, de 30 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015), sendo que neste período o campus estava vinculado ao Campus Boa Vista (CBV). No entanto, a partir de 26 de julho de 2016, através da Portaria nº.1326/2016/REITORIA/IFRR (IFRR, 2016), o CAB passou a ser vinculado administrativamente à Reitoria/IFRR.

Nos anos seguintes o CAB ofertou vagas nos seguintes cursos: Técnico em Agronegócio, Técnico em Agente Comunitário de Saúde e Técnico em Administração Subsequente. Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC: Língua Brasileira de Sinais - Libras, Auxiliar de Secretaria Escolar, Assistente de Vendas, Operador de Computador e Auxiliar de Administração dentre outros.

Em 2021, no primeiro semestre o CAB ofertou os cursos Técnicos em Agricultura e Guia de Turismo, também ofertou diversos Cursos de Formação Inicial e Continuada de 40 horas: Marketing Pessoal, Conhecendo o Comércio Exterior, Qualidade no atendimento ao Turista, A Arte de Falar em Público e Técnicas de Vendas e Negociação. No segundo semestre de 2021 foram ofertados Cursos de Formação Inicial e Continuada de 160 horas: Piscicultor e Assistente Financeiro e o curso Técnico em Administração no município de Normandia/RR.

No ano de 2022, por meio de acordo de cooperação técnica com a Secretaria Estadual de Educação, o CAB Iniciou a oferta dos Cursos Técnicos em Administração e Agroecologia na modalidade concomitante ao Ensino Médio, atendendo 103 estudantes do Colégio Militarizado Aldébaro José Alcântara, localizado no Município de Bonfim/RR. No mesmo ano, também foram ofertados os cursos FICs de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem (EaD) e Recepcionista (EaD).

Em 2023, foram fechados acordos de cooperação técnica com as prefeituras municipais de Amajari, Mucajaí e Uiramutã, sendo ofertados o Curso Técnico em Administração Subsequente em Uiramutã e o Curso Técnico em Guia de Turismo Subsequente em Amajari e Mucajaí, ambos na modalidade a distância. Também, por meio do acordo de cooperação técnica com a prefeitura municipal de Normandia, ofertou-se o Curso Técnico em Magistério Indígena Subsequente, curso pioneiro na rede federal e atendendo 86 professores do Magistério Indígena das regiões Baixo Cotingo e Raposa Serra do Sol de Normandia. Foram ofertados o Curso FIC de Educador Indígena, formando 178 estudantes e o curso FIC de Auxiliar Administrativo.

Até o primeiro semestre de 2025, o CAB já formou mais de 1.600 estudantes em cursos técnicos na forma subsequente e em Cursos de Formação Inicial e Continuada. Este resultado foi alcançado em paralelo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão e a acordos de cooperação técnica para o desenvolvimento de cursos com outros campi, prefeituras municipais e com a Secretaria Estadual de Educação. Com o estabelecimento de sua sede, a melhoria das instalações físicas e o fortalecimento do quadro de profissionais, é esperado um aumento de vagas e o funcionamento nos três turnos, bem como a oferta de cursos de graduação e uma maior diversidade formativa. Dentre a diversidade de ofertas formativas, o Eixo Tecnológico Recursos Naturais configura-se como um elemento estratégico para a expansão futura do campus.

A Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 2024, emitida pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), estabeleceu critérios para a reavaliação da autorização de funcionamento das unidades de ensino classificadas como Campus Avançado (tipologia IF Campus Avançado 20/13) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nesse contexto de revisão nacional da tipologia institucional, o Instituto Federal de Roraima (IFRR) passou por processo de análise e atualização de sua estrutura organizacional. Como resultado, em 17 de janeiro de 2025, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 34/2025, que formalizou a alteração da nomenclatura de Campus Avançado Bonfim para Campus Bonfim. Essa mudança reflete não apenas o atendimento aos novos critérios estabelecidos pelo MEC, mas também o momento de fortalecimento político e institucional do campus, consolidando sua atuação no município de Bonfim e ampliando o reconhecimento de sua relevância para a educação profissional e tecnológica na região.

4. JUSTIFICATIVA

A presente proposta do curso de Especialização em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais justifica-se pela necessidade de proporcionar formação continuada voltada para a compreensão crítica das práticas sociais de linguagem. Na perspectiva da Linguística Aplicada, a linguagem é elemento central nas interações sociais, ou seja, é prática situada, vinculada a contextos diversos.

O curso propõe, então, uma qualificação que articula teoria e prática, contribuindo para a formação de profissionais capazes de analisar criticamente a utilização da linguagem pelo sujeito. Por isso, considerando as situações reais em que os indivíduos produzem, interpretam e negociam sentidos, a estrutura curricular articula três dimensões, quais sejam: práticas linguísticas, práticas tecnológicas e práticas educacionais.

Quanto às práticas linguísticas, o curso enfatiza o estudo da produção escrita, dos gêneros discursivos em diferentes contextos, buscando compreender como a linguagem se manifesta nas interações sociais e como diferentes sujeitos constroem sentido por meio dela. A dimensão tecnológica surge da noção de que tecnologias não devem ser entendidas apenas como ferramentas ou dispositivos, mas como práticas tecnológicas que envolvem técnicas, modos de produção e circulação de linguagem. Nesse sentido, o curso pretende abordar temas como a escrita mediada por tecnologias digitais e o impacto da inteligência artificial na autoria e na produção de textos, refletindo sobre as implicações para a comunicação e educação contemporânea. Sobre a dimensão educacional, a intenção é articular estudos linguísticos e práticas pedagógicas quanto ao ensino da escrita e à formação de sujeitos capazes de atuar criticamente em ambientes multiculturais e mediados por tecnologias.

A proposta do curso, portanto, consiste em uma formação que compreende a linguagem como prática social situada, enfatizando o papel do sujeito nos usos da linguagem e promovendo uma abordagem interdisciplinar que articula linguística, tecnologia e educação.

Dessa forma, a presente Especialização em Linguística Aplicada visa contribuir para o fortalecimento da atuação profissional de docentes e demais interessados nos estudos da linguagem, promovendo uma formação voltada à análise e intervenção em práticas sociais de linguagem, contribuindo para o desenvolvimento de competências teóricas e metodológicas que possibilitem compreender e atuar criticamente em contextos de produção e ensino de linguagem.

4.1. Potencialidades e perspectivas

O curso apresenta potencial para contribuir com a formação continuada de profissionais que atuam em contextos educacionais, especialmente no ensino de línguas, produção escrita e práticas de linguagem mediadas por tecnologias digitais. Considerando as transformações contemporâneas relacionadas à circulação de textos, aos processos de autoria e ao avanço das tecnologias digitais e da inteligência artificial, torna-se necessária a formação de profissionais capazes de compreender criticamente essas mudanças e atuar de forma ética, reflexiva e socialmente comprometida.

Além disso, o curso dialoga com as especificidades socioculturais do estado de Roraima, marcado pela diversidade linguística, cultural e étnica, bem como por contextos de fronteira e multiculturalidade. Nesse cenário, a proposta busca fortalecer estudos e práticas voltadas à interculturalidade, às práticas linguísticas em contextos multilíngues e às relações entre linguagem, cultura e tecnologia.

A oferta do curso na modalidade de Educação a Distância amplia as possibilidades de acesso à pós-graduação lato sensu, favorecendo a interiorização da formação continuada e possibilitando o atendimento de profissionais residentes em diferentes municípios do estado. Espera-se, ainda, que o curso contribua para o fortalecimento das ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do IFRR, promovendo a produção de conhecimentos relacionados à Linguística Aplicada e às práticas educacionais contemporâneas.

4.2. Avaliação de demanda

A proposta do curso fundamenta-se na crescente demanda por formação continuada na área de Linguística Aplicada, especialmente entre profissionais que atuam no ensino de línguas. Considerando a importância da contextualização do ensino, discussões relacionadas às práticas de leitura e escrita, aos multiletramentos, à inteligência artificial e às tecnologias digitais aplicadas à educação linguística, corroboram com a necessidade de qualificação específica nessa área.

No contexto do roraimense verifica-se a existência de público potencial formado por egressos de cursos de Letras ou de Pedagogia, além de profissionais da educação interessados em aprofundar estudos relacionados às práticas de linguagem, às tecnologias educacionais e às questões interculturais presentes na realidade amazônica e fronteiriça.

A modalidade EaD também se apresenta como estratégia relevante para ampliar o acesso à formação em nível de pós-graduação lato sensu, considerando as distâncias geográficas do estado de Roraima e a necessidade de interiorização da educação pública, gratuita e de qualidade. Dessa forma, a oferta do curso busca atender a uma demanda social e acadêmica por formação especializada que articule linguagem, tecnologia e educação em perspectiva crítica e interdisciplinar.

5. OBJETIVOS

1. Objetivo Geral

Formar profissionais capazes de compreender, analisar e intervir em práticas sociais de linguagem, considerando suas relações com as tecnologias e com os contextos educacionais, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da Linguística Aplicada.

2. Objetivos Específicos

1. Compreender a Linguística Aplicada e seu campo de atuação.
2. Analisar práticas de linguagem em diferentes contextos de uso.
3. Discutir a relação entre linguagem, tecnologias digitais e processos de autoria.
4. Desenvolver competências para análise e elaboração de práticas pedagógicas voltadas ao ensino da escrita.
5. Desenvolver projetos de pesquisa ou intervenção aplicados a contextos reais.

6. INFORMAÇÕES DO CURSO

6.1 Concepção

A Especialização em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais busca proporcionar instrumentos teóricos e metodológicos aos graduados em Letras ou em Pedagogia que desejarem compreender, analisar e desenvolver práticas relacionadas aos usos sociais de linguagem.

6.2 Requisitos e formas de acesso

6.2.1 Requisitos

Poderão participar do curso profissional que:

- a) For portadores(as) de diploma de cursos de Letras ou de Pedagogia, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC).
- b) Possuir currículo cadastrado na Plataforma Lattes do CNPq;
- c) Não possuir duplicidade de matrícula nos Cursos ofertados pelo IFRR, no nível de ensino de Pós-Graduação Lato Sensu, conforme Parágrafo único do Art. 143 da Organização Didática do IFRR aprovada pela Resolução CONSUP/IFRR N° 716, de 4 de janeiro de 2023;
- d) Possuir diploma de Curso de Graduação conferido por Instituições estrangeiras devidamente revalidado, atendendo ao disposto na Resolução CNE/CES n° 01, de 28/01/2002 e Resolução n° 08, de 04 de outubro de 2007 do Conselho Nacional de Educação;

6.2.2 Formas de acesso

O acesso ao curso dar-se-á mediante a inscrição em processo seletivo definido em edital específico que será elaborado e publicado pela comissão permanente de processo seletivo do Campus Bonfim juntamente com o(a) coordenador(a) do curso. Além disso, o processo seletivo deve ser público, em consonância com a legislação em vigor no âmbito do que determina a Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), e deve considerar o quantitativo de vagas acordado com a SETEC/MEC e UAB/CAPEs, no contexto do Edital Capes n° 25/2023.

6.3 Matrícula

A matrícula será realizada pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA) por meio da entrega de cópia e apresentação dos documentos originais abaixo relacionados e demais comprovações definidas no Edital de seleção:

- a) Diploma ou Declaração de Conclusão de Curso Superior;
- b) Histórico Escolar;
- c) Duas fotos 3x4, recente;
- d) Carteira de Identidade, CPF;
- e) Título de Eleitor;
- f) Certificado de reservista ou dispensa da incorporação;
- g) Comprovante de residência.

O estudante que, no decorrer do período letivo, abandonar, ou deixar de frequentar as atividades escolares por um período contínuo, superior a 25% da carga horária do semestre, módulo ou período de qualquer curso, sem justificativa, será considerado evadido.

6.4 Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

O acadêmico do Curso de Pós-Graduação Lato sensu em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares cursados nos últimos 5 (cinco) anos em programas e cursos de Pós-Graduação reconhecidos pela CAPES de outras instituições ou do próprio IFRR, conforme os critérios estabelecidos na Resolução 638/2021 – CONSUP/IFRR:

- a. A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deverá ser realizada no início do curso ou antes de o componente curricular ser ministrado, no Setor de Registros Acadêmicos do Campus Bonfim, mediante apresentação de documento oficial, constando ementa e carga horária do componente curricular cursado;

b. O aproveitamento de componentes curriculares deverá totalizar, no máximo, 20% da carga horária total do curso, conforme Art. 38, § 2º da Resolução 638/2021 - CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021;

c. Para fins de aproveitamento, os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso;

d. Caberá ao coordenador do curso, juntamente com o professor que ministra o componente curricular, deferir ou indeferir a solicitação de aproveitamento de componente curricular, observando a compatibilidade de conteúdos, cargas horárias e a oferta do componente no período letivo.

6.5 Sistema de Avaliação

O IFRR Campus Bonfim seguirá os procedimentos estabelecidos na Organização Didática vigente do IFRR e na Resolução 638/2021 – CONSUP/IFRR que dispõe sobre as normas aplicáveis aos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Roraima.

a. A avaliação da aprendizagem deve ser um processo contínuo, dinâmico, diagnóstico e formativo, focado na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante, a qual deverá considerar os aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais, não devendo os atitudinais ultrapassar 30% (trinta por cento) do quantitativo da avaliação.

b. Na educação a distância, a avaliação do desempenho didático será realizada por componente curricular, de forma contínua, abrangendo a avaliação da participação do estudante no ambiente colaborativo de aprendizagem virtual.

Diante do exposto, será considerado aprovado o estudante que cumprir a totalidade dos requisitos a seguir, conforme a Resolução 638/2021 – CONSUP/IFRR:

I- O estudante deverá ter frequência mínima de 75% em cada componente curricular, considerando atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

II- O estudante terá de cursar todos os componentes curriculares que compõem o curso, com aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete), numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

III- A avaliação será realizada conforme critérios definidos pelo professor e de acordo com as características do componente curricular;

IV- O estudante terá de elaborar e defender perante banca examinadora o TCC em consonância com as linhas de pesquisa, quais sejam: Linha 1: Práticas linguísticas em contextos interculturais; Linha 2: Tecnologias educacionais na educação linguística;

Conforme a Organização Didática do IFRR, os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão, a acionar outros conhecimentos e habilidades, evidenciando iniciativa e criatividade para resolução de problemas. Além disso, o docente poderá adotar instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-lo no Plano de Ensino, sendo de sua competência a elaboração, a aplicação e o julgamento do trabalho de avaliação da aprendizagem.

6.5.1 Recuperação

Nos cursos na modalidade EaD, deve-se garantir oportunidades de recuperação paralela para os estudantes que não atingirem a média básica para aprovação. Fica a critério do docente indicar ao estudante atividades pelo AVA, para complementar as notas de avaliações paralelas. As orientações de recuperação e seu desenvolvimento serão organizadas pela Coordenação de Curso com o apoio da Equipe Multidisciplinar, juntamente com o docente de cada componente curricular.

6.5.2 Exame Final

Os estudantes que obtiverem média no componente curricular igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária do componente curricular, terão direito ao Exame Final.

O estudante estará aprovado se, após o Exame Final, obtiver Nota Final (NF) igual ou superior a 7,0 (sete), obtida pela média aritmética entre a Média do Componente Curricular e a Nota do Exame Final, dada pela seguinte fórmula:

$$NF = (MCC + EF) / 2$$

Onde:

NF = Nota Final;

MCC= Média do Componente Curricular; EF = Exame Final.

O estudante estará reprovado se a Média Final (MF) do Componente Curricular for inferior a 7,0 (sete). As avaliações de Exame Final (EF) poderão ser realizadas por meio de trabalhos em grupos e/ou individuais, pesquisas, experimentos, desenvolvimento de projetos, provas no AVA entre outros instrumentos avaliativos.

6.5.3 Reoferta

No caso de reprovação, o estudante poderá participar das reofertas do componente, conforme previsto § 2º do Art. 29, da Resolução 638/2021 - CONSUP/IFRR, de 30 de dezembro de 2021, cabendo a Coordenação de Curso, Coordenação de EaD da unidade e Direção de Ensino, estabelecer quais parâmetros (quantidade de estudantes em pendência e de recursos administrativos, humanos e de fomento) deverão ser observados para verificar a viabilidade da reoferta.

6.6 Indicadores de avaliação do curso

O acompanhamento do desenvolvimento do curso deve ser contínuo e permanente, pois se trata de uma importante prática de gestão, necessária ao incentivo da participação de todos os envolvidos e ao aperfeiçoamento das suas atividades ao indicar as diferenças entre os resultados encontrados e os esperados.

A avaliação do curso poderá oferecer dados para analisar a consistência do currículo com os objetivos declarados do curso, o perfil dos(as) discentes, a fundamentação teórico-metodológica, a adequação, atualização e relevância das componentes curriculares e da bibliografia indicada.

A avaliação do curso será realizada conforme proposta de autoavaliação da instituição ofertante e terá como base o relatório a ser produzido pela Coordenação do Curso, apreciado pelo seu Colegiado.

Após o término de cada módulo, os discentes responderão a um questionário que terá como objetivo obter informações sobre o funcionamento do curso, por meio da avaliação da eficiência e eficácia do processo de ensino e aprendizagem.

Em cumprimento à Organização Didática do IFRR (IFRR, 2023), considerando o sistema polidimensional, a avaliação da aprendizagem deverá incluir as seguintes dimensões: Avaliação das estratégias de ensino (visa identificar e diagnosticar o desenvolvimento do currículo, os meios, instrumentos, mecanismos e recursos que melhor se ajustam à confirmação da aprendizagem do discente); e avaliação do desempenho docente (objetiva assumir função diagnóstica para favorecer a percepção da eficácia e eficiência do trabalho docente, no planejamento, organização, aplicação e avaliação das atividades pedagógicas em decorrência da especificidade do curso).

A avaliação do curso tem por objetivo acompanhar, controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, docentes e tutores.

Para a avaliação global de desempenho do Curso de Pós-Graduação em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais serão considerados os seguintes indicadores pelo coordenador do curso e equipe multidisciplinar:

- a. Desempenho do estudante;
- b. Desempenho dos docentes;
- c. Desempenho dos tutores;
- d. Adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- e. Qualidade do material digital disponibilizado;
- f. Qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- g. Desempenho da coordenação do curso;
- h. Eficácia do programa;
- i. Relação de candidato por vaga (nº de inscritos/vagas para ingressos);
- j. Relação de concluintes por matrícula atendida (concluintes/matrículas atendidas)*100;
- k. Eficiência acadêmica de concluintes (concluintes/finalizados)*100;
- l. Índice de retenção do fluxo escolar (retidos/matrículas atendidas)*100;
- m. Índice de evasão do fluxo escolar (evadidos/matrículas atendidas)*100

Essa avaliação ocorrerá durante todo o curso, dando-se por avaliações diagnósticas e formativas e por fim, por uma avaliação final registrando os resultados em forma de relatório. A avaliação do curso será realizada pela coordenação de curso e ficará a cargo desta coordenação, apresentar os resultados aos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem supracitados.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 Estrutura Curricular

Este curso é uma ação desenvolvida pelo Campus Bonfim do IFRR em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), com o objetivo de qualificar profissionais para analisar e intervir criticamente em práticas linguísticas, tecnológicas e educacionais, sobretudo de produção escrita e ensino de línguas mediadas por tecnologias digitais em contextos linguísticos e culturalmente diversos.

Conforme no Quadro 1, o Curso de Pós-Graduação lato sensu em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais na modalidade de educação a distância, se organiza em três módulos, totalizando nove (9) disciplinas, doravante denominadas componentes curriculares, além do TCC.

Em momento prévio ao início do estudo das componentes curriculares a IES ofertante apresentará ao(à) estudante as principais funcionalidades do Ambiente Virtual do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais, com foco nas múltiplas possibilidades interativas que serão disponibilizadas ao longo do processo formativo do(a) educando(a), com ênfase nas características e especificidades da educação a distância.

7.1.1 Eixo

Quadro 1 - Organização curricular e distribuição de carga horária do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais, na modalidade de educação a distância

MÓDULO	NÚCLEO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
Módulo I (150h)	Fundamentos linguísticos, tecnológicos e educacionais da Linguística Aplicada (105h)	Ambientação em EaD	15h
		Linguística Aplicada e Práticas de Linguagem	45h
		Práticas Linguísticas em Contextos Multiculturais	45h
		Metodologia de Pesquisa em Linguística Aplicada	45h
Módulo II (165h)	Processos de Escrita e Tecnologias Digitais (135h)	Produção Escrita e Gêneros Discursivos	45h
		Inteligência Artificial e Tecnologias na Educação Linguística	45h
		Práticas de Ensino de Escrita	45h
		Escrita Acadêmica	30h
Módulo III (90h)	Práticas linguísticas, tecnológicas e educacionais em Linguística Aplicada (45h)	Multiculturalismo, Linguagem e Educação	45h
	TCC (45 h)	Trabalho de Conclusão de Curso	45h
Carga horária total do curso			360h
Carga horária total do curso + TCC			405h

O projeto prevê a obrigatoriedade de realização de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Este deverá ser elaborado de acordo com o Manual de Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos do IFRR e de acordo com a Resolução nº 730/2023 CONSUP, homologada pela Resolução CONSUP/IFRR Nº 746, de 28 de junho de 2023, que estabelece normas e diretrizes para a elaboração do TCC dos cursos de graduação do IFRR.

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser realizado individualmente e será baseado nos objetivos de formação do Curso, desenvolvido com a finalidade de aprimorar as habilidades e competências práticas do profissional.

Os temas e as abordagens teórico-metodológicas para a elaboração do TCC poderão basear-se nas atividades desenvolvidas ao longo do curso e de seus componentes curriculares, especialmente em trabalhos interdisciplinares, atividades de pesquisa, entre outras iniciativas, em sinergia com a Linguística Aplicada.

O TCC poderá ser apresentado utilizando uma das seguintes modalidades:

I - **Artigos científicos, nas modalidades original ou de revisão.** Consiste em um gênero acadêmico voltado à divulgação de resultados de pesquisa. Por artigo original, entende-se o trabalho que apresenta resultados inéditos provenientes de investigação empírica ou teórico-analítica. Por artigo de revisão, entende-se o estudo que sistematiza, analisa e discute criticamente a produção acadêmica existente sobre determinado tema, contribuindo para a compreensão do estado da arte de uma área ou problemática.

Em ambos os casos, o artigo científico caracteriza-se pelo rigor metodológico, fundamentação teórica consistente e pela contribuição para o avanço das discussões em sua área do saber.

II - **Relato de experiência.** É um gênero acadêmico que descreve, analisa e problematiza práticas (linguísticas, pedagógicas, formativas, entre outras) em contextos sociais reais. No campo da Linguística Aplicada, esse tipo de trabalho busca refletir criticamente sobre experiências vividas em diferentes ambientes socioculturais, articulando prática e teoria e evidenciando os processos, desafios, resultados e aprendizagens decorrentes da experiência relatada.

III - **Trabalho de produção linguística, tecnológica e/ou educacional.** Consiste na elaboração de materiais, recursos ou propostas voltadas à intervenção em contextos de uso, ensino ou aprendizagem de línguas. No âmbito da Linguística Aplicada, pode envolver, por exemplo, a criação de materiais didáticos de ensino de línguas, unidades ou sequências didáticas, plataformas ou recursos digitais, entre outros produtos que articulem conhecimento teórico e aplicação prática. Esse tipo de trabalho enfatiza a dimensão aplicada da área, com vistas a responder a demandas concretas de contextos sociais e/ou educacionais específicos.

O TCC deverá ser construído ao longo do curso, resultante de um Plano de Elaboração de TCC, proposto pelo(a) discente, ao término do componente curricular Metodologia de pesquisa em Linguística Aplicada, em diálogo com o(a) seu(sua) professor(a) formador(a). Além disso, o componente curricular Escrita Acadêmica contribuirá para o desenvolvimento do TCC ao proporcionar aos(às) estudantes conhecimentos teóricos e metodológicos voltados à produção de textos acadêmicos, contemplando aspectos relacionados à argumentação, à organização textual, à normalização e às práticas de escrita científica. O trabalho deverá articular o percurso formativo do estudante a uma situação real e socialmente relevante relacionada às práticas sociais de linguagem. A execução desse componente curricular ocorrerá ao longo de todo o percurso formativo do(a) discente, em três momentos, com finalidades específicas:

- **Primeiro momento** – Metodologia de Pesquisa em Linguística Aplicada (45h): Neste componente curricular, o(a) estudante terá contato com os fundamentos da pesquisa em Linguística Aplicada e iniciará o planejamento de seu Trabalho de Conclusão de Curso. Serão desenvolvidas atividades voltadas à delimitação do tema, à formulação do problema e da pergunta de pesquisa, à definição dos objetivos, à construção inicial do referencial teórico e à elaboração do plano de trabalho que orientará o desenvolvimento do TCC.
- **Segundo momento** – Escrita Acadêmica (30h): Neste componente curricular, o(a) estudante aprofundará conhecimentos relacionados à produção de textos acadêmicos, desenvolvendo competências de leitura, argumentação, organização textual e escrita científica. Serão abordados aspectos relacionados à normalização, à elaboração de fichamentos, resenhas, artigos e demais gêneros acadêmicos, de modo a fornecer subsídios teóricos e metodológicos para a redação do Trabalho de Conclusão de Curso.
- **Terceiro momento** – Trabalho de Conclusão de Curso, 45h: Neste componente curricular, o foco será a elaboração, consolidação e finalização do Trabalho de Conclusão de Curso. Espera-se que o(a) estudante sistematize as aprendizagens desenvolvidas ao longo da especialização, produzindo um artigo científico, relato de experiência ou trabalho de produção linguística, tecnológica e/ou educacional, coerente com os objetivos do curso e com os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Aplicada.

7.1.2 Componente Curricular: Descreve cada componente, ementas, objetivos, carga horária e referências.

Componente Curricular: Ambientação em EaD	Sigla: AEAD
Carga Horária: 15h	Módulo I
Objetivo: Promover a familiarização com a plataforma EaD do curso, incentivando o planejamento e organização autônoma dos estudos; Desenvolver competências técnicas e pedagógicas para uso crítico e criativo do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	
Ementa: Fundamentos da EaD, sempre relacionados às necessidades e à realidade do estudante como: conceito e breve histórico da EaD; benefícios e vantagens da EaD; concepções, legislação e os principais agentes da equipe de EaD presentes no curso; ferramentas e possibilidades do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); como se dá o processo de ensino e aprendizagem virtual; diferença entre interação e interatividade; organização dos estudos e gerenciamento do tempo; características do aluno virtual; dicas e regras do processo de pesquisa e de comunicação no mundo virtual.	
Bibliografia Básica: ABREU, C. N.; ESTEFENON, S. G. Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013. GABRIEL, M. Educar: a (r)evolução digital na educação. São Paulo: Saraiva, 2013. MAIA, C.; NETO, J. A. M. ABC da EaD: a educação a distância hoje. São Paulo: Prentice Hall, 2008.	

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORAN, J. M. **A educação de que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas: Papirus, 2012.

Bibliografia Complementar:

MOORE, M. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson, 2007.

CALDERON, Marleny Maribel Welson Valencia Vda. de et al. **La educación en línea como nuevo paradigma**: reto y desafíos en el siglo XXI. Revista Docentes 2.0, Barquisimeto, v. 18, n. 1, p. 453-463, maio 2025. DOI: <https://doi.org/10.37843/rtd.v18i1.652>. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2665-02662025000100453&lng=es&nrm=iso.

Acesso em: 14 mar. 2026. Publicado eletronicamente em: 29 maio 2025.

OLIVEIRA, C. I.; GOUVEA, G. **Educação a distância na formação de professores**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

Componente Curricular: Linguística Aplicada e Práticas de Linguagem	Sigla: LAPL
Carga Horária: 45h	Módulo I
Objetivo: Compreender os fundamentos da Linguística Aplicada e sua relação com práticas reais de linguagem.	
Ementa: Resignificação da Linguística Aplicada como campo de investigação inter/transdisciplinar. Linguagem como prática social e relação entre linguagem, sociedade e cultura. Análise de questões de poder, identidade e corporalidade. Letramentos, multiletramentos e educação linguística.	
Bibliografia Básica: COSTA, A. R.; SILVA JÚNIOR, A. F. da; ZAMBRANO, C. E. G.; SILVA, M. V. da (org.). Caminhar, transitar, transgredir pela Linguística Aplicada crítica e decolonial. Boa Vista: UERR Edições, 2024. DUBOC, A. P. Letramento crítico nas brechas da sala de aula de línguas. In: TAKAKI, N. H.; MACIEL, R. F. (org.). Letramentos em terra de Paulo Freire. 2. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 209-229. MOITA LOPES, L. P. (org.). Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. FINARDI, K. R.; TÍLIO, R.; BORGES, V.; DELLAGNELO, A.; RAMOS FILHO, E. (org.). Transitando e transpondo (n)a Linguística Aplicada. Campinas: Pontes Editores, 2019. MOITA LOPES, L. P. da (org.). Por uma Linguística Aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. OLIVEIRA, C. I.; GOUVEA, G. Educação a distância na formação de professores. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006. Bibliografia Complementar: FREIRE, M. M. et al. (Orgs.). Linguística Aplicada e contemporaneidade. Campinas: Pontes Editores, 2005. MOITA LOPES, L. P. da. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, R. C. M.; ROCA, M. del P. (Orgs.). Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2011.	

Componente Curricular: Práticas Linguísticas em Contextos Multiculturais	Sigla: PLCM
Carga Horária: 45h	Módulo I
Objetivo: Analisar práticas sociais de linguagem em contextos multiculturais, com foco na produção escrita.	
Ementa: Contextos multiculturais aplicados às práticas sociais de linguagem. Práticas de linguagem na sala de aula. Correlações entre sociolinguística e interculturalidade. Ensino de línguas em contexto de fronteira.	
Bibliografia Básica: LUCENA, M. I. P. Práticas de linguagem na realidade da sala de aula: contribuições da pesquisa de cunho etnográfico em Linguística Aplicada. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 31, p. 67-95, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/delta/v31nspe/1678-460X-delta-31-spe-00067.pdf. Acesso em: xx xxx. xxxx. LUCENA, M. I. P.; NASCIMENTO, A. M. Práticas (trans)comunicativas contemporâneas: uma discussão sobre dois conceitos fundamentais. Revista da ANPOLL, v. 1, p. 46-57, 2016. Disponível em: https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFile/1014/846. Acesso em: xx xxx. xxxx. WIEDEMER, M. L. Sociolinguística, interculturalidade e ensino: diálogos na Amazônia Setentrional. Manaus: UEA Edições, 2020. Bibliografia Complementar: LUNA, J. N.; SANTOS, S. M. Interculturalidade e ensino de línguas em contexto de fronteira: as práticas linguísticas entre Bonfim (RR) e Lethem (Guiana). Boa Vista: Editora da UFRR, 2019. SILVA, P. de C. Vozes da fronteira: o contato linguístico entre o português e o espanhol em Pacaraima (RR). 2. ed. Curitiba: Appris, 2021.	

Componente Curricular: Metodologia de Pesquisa em Linguística Aplicada	Sigla: MPLA
Carga Horária: 45h	Módulo I
Objetivo: Construir arcabouço teórico-metodológico para o desenvolvimento do TCC em sintonia com os pressupostos práticos e epistemológicos da Linguística Aplicada contemporânea.	
Ementa: Pesquisa qualitativa e quantitativa em Linguística Aplicada. Métodos e abordagens de pesquisa na atualidade. Geração e análise de dados. Ética em pesquisa. Projetos de intervenção em contextos educacionais e multiculturais.	
Bibliografia Básica: BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. MOITA LOPES, L. P. da. Pesquisa interpretativista em Lingüística Aplicada: a linguagem como condição e solução. DELTA, v. 10, n. 2, 1994. PAIVA, V. L. M. de O. e. Manual de pesquisa em estudos linguísticos. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. PAIVA, V. L. M. de O. e. Pesquisa: projeto, geração de dados e divulgação. São Paulo: Parábola Editorial, 2024. Bibliografia Complementar: BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2015. COSTA, A. R.; SILVA JÚNIOR, A. F. da; ZAMBRANO, C. E. G.; SILVA, M. V. da. Caminhar, transitar, transgredir pela Linguística Aplicada crítica e decolonial. Boa Vista: UERR Edições, 2024. LEFFA, V. J. Pesquisa em Linguística Aplicada: temas e métodos. Pelotas: Educat, 2006.	

Componente Curricular: Produção Escrita e Gêneros Discursivos	Sigla: PEGD
Carga Horária: 45h	Módulo II
Objetivo: Analisar a escrita como prática discursiva situada, considerando gêneros, autoria e contextos de produção.	
Ementa: Produção escrita como prática social. Gêneros discursivos e circulação dos textos. Autoria, reescrita e responsividade. Escrita escolar, acadêmica e social.	
Bibliografia Básica: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. FARACO, C. A. Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2003. GERALDI, W. J. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1992. SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004. SILVA, C. L. da C. O estudo do texto em uma perspectiva enunciativa de linguagem. D.E.L.T.A., São Paulo, v. 34, n. 1, p. 419-433, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/delta/a/bZRT7LCSvZtw9Jppmm3jGGK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 2 set. 2023. Bibliografia Complementar: BAKHTIN, M. M.; VOLOCHÍNOV, V. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, [1929] 2006. GERALDI, J. W. Introdução. In: VOLOCHÍNOV, V. N. A construção da enunciação e outros ensaios. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p. 17-xx. SANTAELLA, L. O que é semiótica? São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 103).	

Componente Curricular: Inteligência Artificial e Tecnologias na Educação Linguística	Sigla: IATEL
Carga Horária: 45h	Módulo II
Objetivo: Problematizar os usos da IA e das tecnologias digitais nas práticas de produção textual, escrita, (co)autoria e ensino, em uma perspectiva crítica.	
Ementa: Sistemas de Inteligência Artificial (IA) generativa e produção textual. Autoria, ética e responsabilidade. Escrita mediada por tecnologias digitais. Colonialismo digital e educação linguística.	
Bibliografia Básica: CRAWFORD, K. Atlas da IA: poder, política e os custos planetários da inteligência artificial. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2025. GOMES JÚNIOR, R. C. Tecnologias digitais e aprendizagem de línguas além da sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2024. SILVA, A. M. da; ROTTAVA, L. Densidade lexical em textos gerados pelo ChatGPT: implicações da inteligência artificial para a escrita em línguas adicionais. Texto Livre, v. 17, p. 1-19, 2024. LEFFA, V. J.; FIALHO, V. R.; BEVILÁQUA, A. F.; COSTA, A. R. Tecnologias e ensino de línguas: uma década de pesquisa em Linguística Aplicada. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2020. RABELLO, C. R. L.; SOUSA, S. M. de; WINDLE, J. A. Multiletramentos, novos gêneros, linguagens digitais, inteligência artificial: enfrentamentos teóricos e práticos. 2015. Bibliografia Complementar: ARAÚJO, J. Necroalgoritmização: notas para definir o racismo algorítmico. Campinas: Mercado de Letras, 2025. COSTA, A. R.; RADÍN, T. G. Por que o colonialismo digital é uma pauta urgente na Linguística Aplicada brasileira? Revista do SELL, Uberaba, v. 13, n. 2, p. 71-90, 2024. FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.	

Componente Curricular: Práticas de Ensino de Escrita	Sigla: PEE
Carga Horária: 45h	Módulo II
Objetivo: Refletir criticamente sobre processos avaliativos da escrita e seus impactos no ensino.	
Ementa: Avaliação da produção escrita. Estudo da organização do texto e sua relação com as condições de produção. Critérios, correção, <i>feedback</i> e reescrita. Tensões entre prescrições curriculares e prática docente.	
Bibliografia Básica: CAPISTRANO JÚNIOR, R.; LINS, M. da P. P.; ELIAS, V. M. Linguística textual: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Labrador, 2017. GERALDI, W. A aula como acontecimento: pedagogia cidadã. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010. MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. Linguística textual e ensino. São Paulo: Contexto, 2017. ROSSI, A. Linguística textual e ensino de língua portuguesa. Curitiba: Intersaberes, 2015. SILVA, R. do C. P. da. A linguística textual e a sala de aula. Curitiba: Intersaberes, 2012. LOPES-ROSSI, M. A. G. Aspectos teóricos e sequências didáticas para a produção escrita de gêneros discursivos. Letras & Letras, Uberlândia, v. 31, n. 3, p. 132-157, jul./dez. 2015. MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. Bibliografia Complementar: CECCANTINI, J. L. T.; PEREIRA, R. F.; ZANCHETTA JÚNIOR, J. Pedagogia cidadã: cadernos de formação: Língua Portuguesa. São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, 2004. ELIAS, V. M. Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita e leitura. São Paulo: Contexto, 2011. KOCH, I. G. V. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2010. KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2015. MARTHA, A. Á. P.; AGUIAR, V. T. de. Leitura e escrita no ciberespaço. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.	

Componente Curricular: Escrita Acadêmica	Sigla: EA
Carga Horária: 30h	Módulo II
Objetivo: Introduzir os fundamentos da pesquisa científica, com foco na construção de problemas de investigação e procedimentos básicos de sistematização do conhecimento. Linguagem acadêmica. Estruturação de trabalhos acadêmicos. Normalização. Fichamento. Resenha. Argumentação. Artigo.	
Ementa: Fundamentos da pesquisa científica e da produção do conhecimento acadêmico. Linguagem acadêmica e práticas de escrita científica. Estruturação de trabalhos acadêmicos e normas de apresentação. Técnicas de leitura, fichamento, resumo e resenha acadêmica. Construção da argumentação científica. Introdução à elaboração de artigos acadêmicos. Formulação de tema, problema, justificativa e objetivos de pesquisa. Instrumentos básicos de sistematização e organização da investigação científica.	
Bibliografia Básica: BUSSOLARO, Silvana; WESSLING, Elaine; BONAMIGO, Carla; LINGNAU, Cláudia. A escrita acadêmica: superando medos e construindo possibilidades. Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem, v. 8, n. 14, p. 50-65, 2023. GERMANI, M. M. O difícil é passar para o papel: uma análise sobre a escrita no Ensino Superior. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2022. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Bibliografia Complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023: informação e documentação: referências. Rio de Janeiro: ABNT, 2025. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6028: informação e documentação: resumo, resenha e revisão. Rio de Janeiro: ABNT, 2021. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2023. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10719: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 12225: informação e documentação: lombada. Rio de Janeiro: ABNT, 2023. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.	

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: ABNT, 2025.

ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2005.

ANDRÉ, M. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2001.

BUSSOLARO, S.; WESSLING, E.; BONAMIGO, C.; LINGNAU, C. **A escrita acadêmica: superando medos e construindo possibilidades**. Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem, v. 8, n. 14, p. 50-65, 2023.

SCHEINVAR, E.; AGUIAR, K.; NASCIMENTO, M. L. do. **Implicações, desassossegos e criação na escrita acadêmica**. Currículo sem Fronteiras, v. 21, n. 2, p. 605-621, 2021.

SILVA-DIAS, E. P. Inovação e estilo na escrita acadêmica para sistematização e disseminação do conhecimento. In: LOURENÇO, L. P.; SILVA, E. F. da; MOTTA, M. de A. **Escrita acadêmica: dos bastidores aos palcos**. Deerfield Beach: Pembroke Collins, 2023.

Componente Curricular: Multiculturalismo, Linguagem e Educação	Sigla: MLE
Carga Horária: 45h	Módulo III
Objetivo: Compreender o multiculturalismo como dimensão constitutiva das práticas de linguagem.	
Ementa: Multiculturalismo crítico e interculturalidade. Linguagem, identidade e poder. Diferença, desigualdade e práticas pedagógicas. Correlações entre multiculturalismo, práticas de linguagem e educação.	
Bibliografia Básica: BABHA, H. K. O local da cultura . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. BAUMAN, Z. Identidade . Rio de Janeiro: Zahar, 2005. CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos . Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan./mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a15.pdf . Acesso em: 23 mar. 2017. HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade . 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.	
Bibliografia Complementar: BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem . 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.	

7.2. Representação Gráfica do Processo Formativo



7.3 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) possui carga horária de 45 horas e constitui o componente curricular destinado à elaboração, finalização e defesa do trabalho acadêmico desenvolvido pelo(a) estudante. Embora concentrado nesse componente específico, seu desenvolvimento ocorrerá de forma gradual ao longo do curso, contando com a contribuição dos componentes curriculares Metodologia de Pesquisa em Linguística Aplicada e Escrita Acadêmica. O primeiro fornecerá os fundamentos teórico-metodológicos necessários à construção do projeto de pesquisa, enquanto o segundo contribuirá para o desenvolvimento das competências de leitura, argumentação e escrita científica. Dessa forma, espera-se que, ao final do curso, mais especificamente ao término do componente Trabalho de Conclusão de Curso, o(a) cursista apresente um trabalho que sistematize as aprendizagens construídas ao longo de seu percurso formativo.

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tomam-se como premissas a capacidade de reflexão do aluno sobre a sua realidade na sociedade, procurando analisar e/ou aplicar estratégias didáticas capazes de promover e proporcionar melhorias

frente a questões linguísticas, tecnológicas e/ou educacionais.

Foi definido que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pode ser realizado, a partir dos seguintes formatos: I - Artigos científico, de revisão e original; II - Relato de experiência; III - Trabalho de produção linguística, tecnológica e/ou educacional.

No componente curricular TCC, os cursistas terão à sua disposição o acompanhamento individualizado de um orientador de TCC, considerando os termos da legislação em vigor.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), após sua finalização, será submetido à avaliação de uma banca examinadora composta por três avaliadores. Após a apresentação do trabalho pelo(a) cursista, cada membro da banca atribuirá nota com base nos critérios estabelecidos nas fichas de avaliação constantes no Manual de Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos do IFRR e na Resolução nº 730/2023 – CONSUP. A nota final do TCC corresponderá à média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora. Será considerado aprovado o(a) estudante que obtiver nota final igual ou superior a 7,0 (sete). Caso contrário, será considerado reprovado.

O estudante aprovado terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para entregar a versão final do TCC. Caso o estudante seja aprovado com restrições, terá até 90 (noventa) dias para atender as recomendações da banca examinadora e para entregar a nova versão do trabalho atestada pelo orientador.

Caso as modificações não sejam consideradas satisfatórias pelo orientador, o estudante será reprovado. O estudante reprovado no TCC terá uma oportunidade para nova defesa em data a ser fixada pela Coordenação de Curso, desde que respeite o prazo máximo de conclusão do Curso.

Caso o acadêmico não consiga concluir e/ou apresentar seu TCC, poderá, mediante apresentação de justificativa por escrito, com concordância do orientador, solicitar a prorrogação por até 6 (seis) meses para conclusão e defesa de TCC. Será concedida a prorrogação desde que respeitado o período máximo de 24 (vinte e quatro) meses para integralização do curso, cabendo à Coordenação do Curso o deferimento da solicitação.

A banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será composta por três avaliadores, sendo um deles o(a) orientador(a) do(a) cursista, um membro interno do IFRR e um docente convidado com formação ou atuação na área de conhecimento relacionada ao tema do trabalho. Todos os membros devem possuir, no mínimo, título de especialista e estar vinculados à educação básica ou superior. Preferencialmente, os avaliadores devem ter experiência/formação na área de Linguística Aplicada ou áreas afins. A avaliação seguirá critérios previamente definidos e divulgados aos cursistas.

8 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

O curso de Pós-Graduação Lato sensu em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais fundamenta-se na compreensão da linguagem como prática social situada, considerando os diferentes contextos em que os sujeitos fazem uso da língua. Nessa perspectiva, o curso busca articular teoria e prática, possibilitando análises críticas de situações reais de uso de linguagem.

A orientação metodológica do curso apoia-se nos pressupostos metodológicos da Linguística Aplicada, como campo de investigação que parte de questões relacionadas ao uso de linguagem para mobilizar referenciais teóricos capazes de compreender, problematizar e propor encaminhamentos. Dessa forma, busca-se estimular o(a) estudante a analisar criticamente práticas sociais de linguagem.

O processo formativo privilegia a reflexão crítica, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. Assim, as atividades pedagógicas desenvolvidas ao longo do curso estão organizadas de modo que favoreçam a articulação entre os diversos componentes curriculares, estimulando a análise de práticas de linguagem em situações diversas.

Nesse sentido, serão utilizadas estratégias didático-pedagógicas diversificadas, tais como: leitura orientada de textos teóricos, análise de gêneros discursivos, estudos de caso, debates, seminários temáticos, elaboração de produções escritas acadêmicas, análise de práticas linguísticas em contextos multilíngues e multiculturais, além do desenvolvimento de propostas pedagógicas e materiais voltados ao ensino e à circulação da linguagem.

De modo geral, a organização das atividades de ensino buscará favorecer a relação entre teoria e práticas.

A avaliação da aprendizagem é concebida como um processo contínuo e formativo, que objetiva orientar o(a) estudante em seu desenvolvimento acadêmico. Os instrumentos avaliativos devem ser diversificados, tais como: produções textuais, resenhas, fichamentos, seminários, estudos de caso entre outros.

As atividades avaliativas deverão contribuir para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, possibilitando ao(a) estudante a identificação de problemáticas relacionadas às práticas de linguagem no contexto em que estiver inserido.

Considerando que o presente curso será oferecido na modalidade de Educação a Distância (EaD), a mediação pedagógica ocorrerá por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). As atividades poderão ser realizadas de modo síncrono ou assíncrono, por meio de recursos como fóruns de discussão, encontros virtuais, atividades colaborativas, produção de textos e compartilhamento de experiências, entre outras formas que permitam a interação entre docentes e discentes e que promovam a construção do conhecimento.

8.1 Orientações práticas aos docentes

Em cada Componente Curricular, o(a) docente apresentará os objetivos, objetos do conhecimento e atividades previstas, situando o(a) estudante na proposta do curso. Ao final do componente, recomenda-se a realização de uma síntese dos conceitos e discussões desenvolvidas, de modo a favorecer a aprendizagem e a identificação de questões teóricas e práticas que possam ser aprofundadas pelos(as) discentes, e contribuir com a elaboração do TCC.

Sugere-se a utilização das indicações de bibliografia básica e complementar indicada em cada disciplina, incentivando os estudantes a aprofundarem leituras de acordo com seus interesses. Sempre que possível, todos os textos deverão ser disponibilizados no ambiente virtual.

Cabe destacar a importância de considerar a diversidade e a heterogeneidade dos(as) discentes, selecionando materiais e recursos que possibilitem a inclusão de todos, independentemente de suas características físicas, étnicas e culturais.

Considerando o desenvolvimento e autonomia intelectual do(da) estudante, recomenda-se a utilização de estratégias que estimulem a problematização de práticas sociais de linguagem, bem como a reflexão sobre teorias e conceitos discutidos em cada componente curricular.

O trabalho coletivo, a problematização e a reflexão crítica constituem, portanto, as estratégias fundamentais do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação de profissionais capazes de analisar e intervir em práticas sociais de linguagem em diferentes contextos.

8.2 Atendimento aos estudantes e orientação

No início do Módulo 3, o(a) coordenador(a) do curso fará a designação de um(a) orientador(a) para cada discente, na proporção de três a cinco Trabalhos de Conclusão de Curso por docente orientador(a), ficando a critério de cada Instituição essa definição.

O(a) orientador(a) acompanhará o(a) discente desde o início do Módulo 3, orientando a proposta e a consolidação do TCC. Para isso, deverá indicar leituras, propor procedimentos de levantamento de materiais teóricos ou de dados empíricos, orientar quanto aos procedimentos de análise dos elementos levantados e revisar a produção acadêmica final.

8.3 Acompanhamento dos(as) docentes

A instituição responsável pela oferta do curso deverá planejar e promover ações de formação, acompanhamento e avaliação dos(as) docentes, tutores(as) e outros(as) especialistas que venham a atuar nas atividades acadêmicas. De modo a assegurar condições adequadas para o desenvolvimento do curso e favorecer a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos.

8.4 Materiais didáticos

Os professores formadores de cada componente curricular ficam responsáveis pelo planejamento, construção e manutenção das salas de aula no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Como parte dos materiais didáticos, serão elaborados Recursos Educacionais Abertos (REAs) correspondentes aos componentes curriculares do curso. Esses materiais poderão incluir textos, vídeos, apresentações, atividades interativas e outros recursos hipermediáticos que sintetizem as temáticas trabalhadas nos componentes curriculares.

8.5 Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem será processual e formativa e, para tanto, o(a) docente utilizará instrumentos diversificados no decurso do ensino e da aprendizagem. Os instrumentos de avaliação deverão estar em consonância com as finalidades de contribuir com a elaboração do TCC, estimulando a reflexão e o aprofundamento das temáticas investigadas pelos discentes.

A avaliação contínua da aprendizagem constitui uma forma de acompanhamento do processo de aprendizagem do(a) estudante, permitindo que este identifique avanços e dificuldades. Para os(as) professores(as) formadores(as) e tutores(as), esse acompanhamento permite avaliar estratégias pedagógicas, como meio para confirmar se os(as) alunos(as) aprendem e reajustar o processo de ensino-aprendizagem durante o curso.

A proposta de avaliação do ensino e da aprendizagem terá, portanto, caráter processual e reflexivo, buscando estimular a autonomia do(da) estudante. Assim, os instrumentos a serem utilizados para tal finalidade em cada Componente Curricular deverão considerar, além do olhar do(a) docente, a reflexão do(a) próprio(a) estudante sobre seu processo de aprendizagem.

As avaliações propostas pelos(as) docentes deverão considerar e contribuir com as reflexões do(a) estudante contidas no seu TCC, considerando, sempre, a relação teoria e prática.

Para a avaliação somativa referente a cada Componente Curricular, devem-se considerar os aspectos de assiduidade e aproveitamento, com prevalência dos aspectos qualitativos frente aos aspectos quantitativos.

9. LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA

Linha 1: Práticas linguísticas em contextos interculturais

Área de concentração a que se vincula: Linguística Aplicada.

Descrição/caracterização: Essa linha de pesquisa tem como foco o estudo das práticas sociais de linguagem em contextos interculturais, multilíngues e/ou marcados por questões de mobilidade humana (como migração, refúgio, fronteiras e contatos linguístico-culturais). Parte-se da compreensão da linguagem como prática social situada, atravessada por relações de poder, identidades, letramentos e dinâmicas sociolinguísticas e políticas.

Linha 2: Tecnologias digitais na educação linguística

Área de concentração a que se vincula: Linguística Aplicada.

Descrição/caracterização: Essa linha investiga relações entre linguagem, tecnologias digitais e processos educativos. Considera-se o papel da tecnologia não apenas como ferramenta, mas como elemento constitutivo de práticas sociais, linguísticas e discursivas, o que inclui questões de colonialismo digital, inteligência artificial, ambientes virtuais de aprendizagem e recursos multimodais na atualidade.

10 EQUIPE RESPONSÁVEL

A equipe encarregada da implementação do curso será formada por profissionais cujas funções e seleção deverão obedecer às diretrizes estabelecidas pela Capes, contidas na Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016, na Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017, e na Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019, e demais normativas vigentes.

10.1 Coordenação

As atividades da Coordenadoria de Curso envolvem funções pedagógicas, administrativas e políticas. É essa a responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de viabilizar outras questões relacionadas à sua oferta, como a articulação com órgãos reguladores, a proposição de iniciativas que promovam a qualidade educacional e a produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

10.2 Secretaria

As atividades da Secretaria estão relacionadas ao atendimento à comunidade escolar, à realização de matrículas e à solicitação de diplomas, à organização de documentos da gestão escolar, ao auxílio à equipe do curso na gestão educacional e pedagógica e ao apoio à gestão financeira.

10.3 Corpo docente

O corpo docente deste curso na modalidade EaD conta com professores(as) formadores(as) e professores(as) orientadores(as) que atuam junto aos(as) tutores(as) a distância e presenciais, apoiados(as) por uma equipe multidisciplinar e de suporte tecnológico e logístico.

O(A) **professor(a) formador(a)** é o(a) responsável pelo desenvolvimento do Componente Curricular junto com os(as) tutores(as), é responsável pela composição/estruturação da sala de aula no ambiente virtual de aprendizagem e, no fluxo do Componente Curricular, deve manter reuniões constantes de orientação pedagógica com os(as) tutores(as) para discussão de estratégias de ensino. Deve elaborar instrumentos de avaliação (se previstos para a disciplina) e, se necessário, propor materiais didáticos complementares, a fim de propiciar a consecução dos objetivos propostos na ementa do Componente Curricular e no PPC do curso.

O(A) **professor(a) orientador(a)** de TCC é responsável pela consolidação e acompanhamento da produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

Para os cursos lato sensu, conforme Art. 9º da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, o corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação stricto sensu, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação stricto sensu devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente (Brasil, 2018, n.p. grifo nosso).

Os tutores e as tutoras a distância e presenciais, as equipes multidisciplinares e de apoio tecnológico e de logística são também parte fundamental deste curso na modalidade a distância.

O(a) **tutor(a) a distância** deve ter, no mínimo, nível superior, na área de oferta do curso, uma vez que é o responsável pela mediação pedagógica junto aos(as) estudantes, para dirimir dúvidas conceituais e auxiliar o(a) professor(a) formador(a) na correção de atividades avaliativas.

O(a) **tutor(a) presencial** não necessita ser graduado na área do curso em que atua, uma vez que suas funções são de apoio técnico e motivacional aos estudantes.

As equipes multidisciplinares e de apoio tecnológico e de logística prestam assistência pedagógica e técnica aos(as) professores(as) formadores(as) e aos(as) tutores(as) no desenvolvimento do curso. Ademais, apoiam os(as) discentes nos aspectos pedagógicos e no suporte ao uso de tecnologias e de recursos educacionais para a educação a distância.

Equipe multidisciplinar: composta por diferentes profissionais, com a função de planejamento e de execução dos processos pedagógicos.

Equipe de apoio tecnológico e de logística: composta por diferentes profissionais, com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica.

10.4 Formação de equipes locais

Todos os(as) profissionais descritos acima serão selecionados(as) por edital, com critérios que atendam ao nível de exigência legal para a oferta de uma pós-graduação lato sensu, e receberão formação específica para atuar neste curso. Tal preparação deverá contemplar, de forma indispensável e primordial, o conjunto dos elementos integrantes da concepção pedagógica do curso, seus princípios e orientações relativas aos procedimentos didáticos. Por se tratar de um curso desenvolvido na modalidade a distância, a essa formação de base deverão ser associados os conceitos e as orientações relativos às práticas educativas inerentes aos

dispositivos a serem utilizados, especialmente os que se referem à mediação pedagógica, à produção de materiais para a EaD, à gestão de plataforma virtual e aos sistemas de acompanhamento dos discentes.

11. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

11.1 Infraestrutura digital

Sobre a infraestrutura digital, cada instituição gerencia o seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), considerando as plataformas utilizadas localmente, tendo em vista que os conteúdos produzidos pelo projeto do Laboratório de Novas Tecnologias com o Grupo de Pesquisas em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Lantec-Prosa/UFSC) no Centro de Ciências da Educação da UFSC podem ser migrados com facilidade para cada uma delas.

As aulas assíncronas serão ofertada pelo AVA por meio do link <https://ava.ifrr.edu.br/login/index.php>, a equipe pedagógica ficará responsável em realizar a migração dos materiais didáticos para esse ambiente, disponibilizando-os para os(as) estudantes, seguindo orientações do Lantec-Prosa/UFSC, nos termos definidos pela parceria entre a IES e a Setec/MEC.

Para o gerenciamento e o acompanhamento do AVA, o IFRR constituirá equipe de suporte técnico e pedagógico, que tratará da customização da plataforma e da organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas.

11.2 Infraestrutura física

Na oferta do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais, cada instituição definirá, em conformidade com as etapas do cronograma estabelecido pelo Edital Capes nº 25/2023 e com o número de vagas disponibilizadas pela Capes/UAB e pela Setec/MEC, os polos de apoio presencial e a relação de vagas disponibilizadas por polo, sejam eles efetivos ou associados.

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses polos UAB são localizados, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior.

A definição dos polos de apoio presencial UAB para a oferta do curso se dará no Sicapes, durante o processo de cadastro das propostas do curso, em conformidade com os termos pré-estabelecidos com a Setec/MEC, considerando a média de 50 estudantes por polo, com o compromisso de interiorizar a oferta do curso e constituir equipes locais de acordo com a Instrução Normativa nº 2/2017 da Capes/UAB.

Considerando a oferta deste curso para 150 vagas, o IFRR contemplará municípios com maior concentração de população indígena como: Amajari; Boa Vista; Bonfim; Normandia; Rorainópolis; Uiramutã; entre outros. Contando com a infraestrutura tecnológica necessária nos Polos municipais, em termos de laboratório de informática, conexão à internet em banda larga, biblioteca e outras ferramentas, como data-show e equipamentos para videoconferências. O apoio nos polos UAB ocorrerá pela disponibilização do espaço e da infraestrutura para uso dos participantes e por meio de realização dos encontros presenciais que o IFRR venha a planejar.

Os polos UAB podem ser tipificados como efetivos ou associados. Considera-se polo efetivo quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal. Considera-se polo associado quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente se localiza em um campus de uma IES. Para implantar ou manter um Polo UAB, a instituição interessada deverá dispor de espaços com mobiliário correspondente às suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação. Ressalta-se que os espaços disponíveis no Polo UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes.

Um Polo UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por: computadores em número adequado para atender ao quantitativo de alunos(as) que se pretende atender no Polo; conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo; ferramentas pedagógicas tais como data-show; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.

Além dos polos de apoio presenciais UAB, a oferta do curso contará com outras instalações e equipamentos do Campus Bonfim, incluindo:

- Ambientes Administrativos;
- Salas de aulas climatizadas;
- Biblioteca;
- Banheiros;
- Refeitório;
- Sala de Professores;
- Laboratório de Informática;

12 CERTIFICAÇÃO

Obterá o título de Especialista em Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais, o estudante que cumprir com a totalidade das seguintes condições:

- a. Obter aprovação em todos os componentes curriculares do curso com aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete), numa escala de 0 a 10;
- b. Obter aprovação, por banca examinadora, do TCC;
- c. Entregar à Coordenação de Pesquisa do Campus Bonfim, após defesa perante banca examinadora, a versão final com uma cópia digital e uma cópia impressa do TCC, com as devidas alterações sugeridas pela banca e com ficha catalográfica produzida pela Biblioteca do Campus;
- d. Apresentar nada consta dos setores de ensino, pesquisa, extensão e biblioteca.

Aos Pós-Graduandos que cumprirem os requisitos para a conclusão do curso, serão conferidos certificados de Especialista Linguística Aplicada: Práticas Linguísticas, Tecnológicas e Educacionais, acompanhados do respectivo histórico escolar emitido pela CORA, de acordo com a legislação vigente.

13 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.
- BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394/1996. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 6, de 20 de setembro de 2012. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN62012.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.
- BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.
- BRASIL. Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.
- BRASIL. Portaria n. 183, de 21 de outubro de 2016. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2024.
- BRASIL. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. Resolução CNE/CES n. 1, de 6 de abril de 2018. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. Resolução CNE/CES n. 4, de 11 de dezembro de 2018. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. Resolução CNE/CES n. 4, de 16 de julho de 2021. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. Política nacional de formação de profissionais para a educação profissional e tecnológica: diretrizes gerais. Brasília: SETEC/MEC, 2024.
- CAVALCANTI, M. C. Educação linguística na formação de professores de línguas: intercompreensão e práticas translíngues. In: MOITA LOPES, L. P. Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 211-226.
- COSTA, A. R.; SILVA JÚNIOR, A. F.; ZAMBRANO, C. E. G.; SILVA, M. V. Caminhar, transitar, transgredir pela Linguística Aplicada crítica e decolonial. Boa Vista: UERR Edições, 2024.
- FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, M. M. et al. Linguística Aplicada e contemporaneidade. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Perspectiva, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez. 2015.
- KUENZER, A. Z.; ABREU, C. B. M.; GOMES, C. M. A. A articulação entre conhecimento tácito e inovação tecnológica. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 36, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- LEITE, D. Reformas universitárias: avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LUCKESI, C. C. Fazer universidade: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1985.
- MACIEL, A. C.; JACOMELI, M. R. M.; BRASILEIRO, T. S. A. Fundamentos da educação integral politécnica. Educação & Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 473-488, 2017.
- MOITA LOPES, L. P. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, R. C. M.; ROCA, M. P. Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2011.
- MOITA LOPES, L. P. Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- RAYS, O. A. Ensino-pesquisa-extensão. Educação Especial, v. 1, n. 1, p. 71-85, 2003.
- SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária. In: PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. Pedagogia universitária. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 129-146.
- TOZONI-REIS, M. F. C. A pesquisa e a produção de conhecimentos. São Paulo: UNESP, s.d.
- VEIGA-NETO, A. Foucault e a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD1 - IFRR**, em 25/09/2026 15:30:17.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/09/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 461673

Código de Autenticação: a6e76048fc

